



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Sócrates Alvim, Nº 10 - Bairro Camargos - CEP 30520-140 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22081485 / 2025 - TJMG/SUP-ADM/DIRSEP/GESUP

1. SETOR REQUISITANTE

CORCEN - Coordenação de Arquivo Central.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

As lanternas são essenciais para tornar a ronda noturna dos vigias da unidade mais eficiente e segura.

3. OBJETO

Aquisição de lanterna portátil, lâmpada: Led modelo luz branca, conforme abaixo especificado:

Item	Quant.	Unidade	Código SISUP	Código SIAD	Descrição
01	02	Unidades	1.33.10.759-9	1951211	Lanterna portátil - matéria-prima: alumínio; lâmpada: led modelo t6 / l potencia/iluminancia: no mínimo 2000 lumens; foco: de lente ajustável; alimenta recarregável com carregamento bivolt; características: a prova d'agua. Lente distância de iluminação 100-200 metros; resistente ao choque; foco de lente zoom; voltagem de 5w; alta durabilidade da bateria interna; níveis de luz variado

4. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1. Os arrematantes deverão apresentar, juntamente com suas propostas comerciais, prospecto e/ou catálogo ilustrativo ou indicar sítio eletrônico do fabricante do produto cotado, para verificação de suas especificações técnicas pelo(a) CORCEN.

4.2. O fornecedor deverá informar em sua proposta a marca dos produtos cotados.

4.3. O setor solicitante, a seu critério, poderá solicitar ao vencedor da cotação, que apresente amostra do item cotado, a qual será submetida a análise pelo(a) CORCEN.

4.3.1. A (s) amostra (s) deverá ser entregue (s) no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir da solicitação, à Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT situada na Unidade Camargos, Rua Sócrates Alvim, nº 10, Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, CEP 30.520-140.

4.3.2. A não apresentação de amostras, conforme definido no subitem anterior, ensejará a desclassificação da respectiva proposta.

4.4. A amostra testada não poderá ser descontada do total do material adquirido.

4.5. A amostra será devolvida ao fornecedor, que terá prazo de até 10 (dez) dias após a comunicação formal para recolher o material, eximindo-se o TJMG de qualquer ônus por inutilização ou danos decorrentes de testes efetuados no produto.

4.5.1. A amostra não recolhida no prazo estipulado será dado destino que melhor convier ao TJMG, a critério da GESUP.

5. MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA UTILIZADO COMO PADRÃO NO TJMG

Não há.

6. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1. O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho dos respectivos pedidos pelo fornecedor.

6.2. Os materiais deverão ser entregues na Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT, no Galpão Camargos, situado à Rua Sócrates Alvim, nº 10, Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, das 08:30 às 11:30 horas e das 12:30 às 16:30h.

6.2.1. O fornecedor deverá agendar na COMAT, por meio dos telefones (31) 3419-9719 e 3419-9717, as entregas dos materiais, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

6.3. Por acordo entre as partes, o material poderá ser entregue parceladamente, observado o prazo máximo acima, ficando, entretanto, o pagamento condicionado ao quantitativo de cada entrega ou totalidade do objeto.

7. CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. O material será recebido na forma prevista no art. 140, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O recebimento provisório do objeto da cotação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á, mediante recibo, se satisfeitas as seguintes condições:

a) material embalado, acondicionado e identificado, de acordo com a especificação técnica, e considerado conforme, mediante avaliação feita por amostragem do produto;

b) quantidades em conformidade com o estabelecido no edital;

c) entrega no prazo, no local e no horário previstos no edital.

7.2.1. O material em evidente desconformidade com as especificações exigidas será recusado no ato da entrega, sob total responsabilidade do fornecedor, que deverá providenciar a reposição em até 05 (cinco) dias úteis.

7.3. O recebimento definitivo do material dar-se-á:

a) após verificação física - feita por amostragem - que constate a integridade do produto;

b) após verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes nestas especificações e com amostra aprovada.

7.4. Satisfeitas as exigências e condições previstas nos itens 6.2 e 6.3, lavrar-se-á Termo de Recebimento, assinado pela Comissão de Recebimento de Materiais, o qual poderá ser substituído pela atestação no verso na Nota Fiscal ou assinatura eletrônica efetuada por dois servidores do (a) CORCEN, considerando o valor da compra, de acordo com previsão legal.

7.5. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do material recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser recolhido e substituído no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.5.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas em lei.

8. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

8.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

8.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

- 8.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1. Advertência - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.2 a 7.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos subitens 7.1.2 a 7.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.2.4. Multa, observados os seguintes limites:
- 8.2.4.1. Moratória de até 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso até o trigésimo dia de atraso;
- 8.2.4.2. Moratória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atrasos superiores a 30 (trinta) dias, ou fornecimento do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- 8.2.4.3. Compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou normas da legislação.

9. PAGAMENTO

O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA, conforme programação orçamentária e financeira prevista na Portaria da Presidência 6.797, de 21 de agosto de 2024(e alterações posteriores), disponível no link <https://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/po67972024.pdf>

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço global por lote.

Belo Horizonte, 14 de março de 2023.

Jackson Magalhães Rafael
CORCEN - Coordenação de Arquivo Central

ANEXO I

FOTOS / ILUSTRATIVAS



Documento assinado eletronicamente por **Jackson Magalhães Rafael, Coordenador(a)**, em 19/03/2025, às 09:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Guimarães Braga, Gerente**, em 19/03/2025, às 13:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **22081485** e o código CRC **910464D5**.